



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2012-SRP

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público, para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento referente à licitação em epígrafe. OBJETO: SRP p/fornecimento de cadeiras. Lote único - Empresa: Aurus Com. e Distr. Ltda, no valor de R\$ 205.801,92. Processo Administrativo: 2979/2012.

Porto Alegre-RS, 22 de novembro de 2012.  
LUCIANO OLIVEIRA  
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISO DE REVOGAÇÃO PARCIAL Nº 1,  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no subitem 4.3, da Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 53000.062389/2011, resolve REVOGAR PARCIALMENTE o Aviso de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, republicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, destinado à autorização de Serviço de Retransmissão de TV, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, para excluir do referido Aviso os municípios e canais, na forma do Anexo I.

PAULO BERNARDO SILVA  
ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	CANAL
AL	Boca da Mata	55
AM	Coari	51
AM	Manacapuru	51
BA	Itabuna	32
BA	Itabuna	50- e 58-
BA	Vitória da Conquista	50 e 57
CE	Aracati	45 e 52
CE	Aracati (Canoa Quebrada)	49
CE	Iguatu	46
DF	Brasília	52+
GO	Planaltina	57

MA	Balsas	40
MA	Codó	27
MG	Montes Claros	27
MG	Montes Claros	30- e 33+
MT	Cáceres	14+ e 23
MT	Tangará da Serra	24 e 40
PA	São Félix do Xingu	36 e 42
RO	Ariquemes	53
RO	Rolim de Moura	55
RR	Alto Alegre (Serra do Taiano)	33
SP	Assis	51
SP	Avaré	33-
TO	Gurupi	31

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO Nº 42/2012 - UASG 410003

Nº Processo: 53000044689201292 . Objeto: Seminário Nacional "Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos". Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 combinado com o inciso VI do art. 13 da mesma Lei. . Justificativa: Parecer nº 1877/2012/CONJUR-MC/CGU/AGU. Declaração de Inexigibilidade em 21/11/2012 . JOSE LUIZ MARTINS DURCO . Coordenador-geral de Recursos Logísticos . Ratificação em 21/11/2012 . JARBAS DOS REIS . Subsecretário-adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração . Valor Global: R\$ 11.960,00 . CNPJ CONTRATADA : 81.701.401/0001-70 ZENITE EV ENTOS S/A.

(SIDECA - 22/11/2012) 410003-00001-2012NE800101

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo ER10 Nº 14-1/2012-ANATEL  
Data de Assinatura: 07/11/2012. Contratada: MARIA RODRIGUES DA SILVA-ME, CNPJ 03.110.313/0001-90. Vigência: 08/11/2012 a 07/11/2013. Assunto: Celebração do 1º Termo Aditivo ao CONTRATO ER10 Nº 14/2011-ANATEL, cujo objeto é a prestação de jar-

dinagem para atender o Escritório Regional e sua Estação Remota de Radiomonitoragem, no Estado do Pará, pelo período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57º, inciso II, da Lei 8.666/93. Programa de Trabalho: 24122075020000001. Elemento de Despesa: 339039. Valor global do termo aditivo: R\$ 43.909,44 (quarenta e três mil, novecentos e nove reais e quarenta e quatro centavos). Nota de Empenho: 2012NE000625. Desembolso no Exercício de 2012: R\$ 6.464,66 (seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Termo Aditivo ER10 Nº 10-4/2012-ANATEL  
Data de Assinatura: 12/11/2012. Contratada: SAGA SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE LTDA, CNPJ 00.687.730/0001-02. Vigência: 13/11/2012 a 12/11/2013. Assunto: Celebração do 4º Termo Aditivo ao CONTRATO ER10 Nº 10/2008-ANATEL, cujo objeto é a prestação de serviço de vigilância para atender o Escritório Regional e sua Estação Remota de Radiomonitoragem, no Estado do Pará, pelo período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57º, inciso II, da Lei 8.666/93. Programa de Trabalho: 24122075020000001. Elemento de Despesa: 339039. Valor global do termo aditivo: R\$ 693.768,96 (seiscentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos). Nota de Empenho: 2012NE000618. Desembolso no Exercício de 2012: R\$ 92.502,60 (noventa e dois mil, quinhentos e dois reais e sessenta centavos).

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO ER10 Nº 9/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Limpeza e Conservação (Item I) e Copeiragem/Garçom (Item II), a ser prestado nas dependências do Escritório Regional ER10, no Estado do Pará, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis de forma do art. 57º, da Lei nº 8.666/93, conforme especificações contidas no Edital de Pregão e seus anexos, que poderão ser obtidos nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.anatel.gov.br: Espaço do Cidadão - Interação Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - aquisição/alienação. Entrega das propostas a partir de 23/11/2012. Abertura das propostas: 10/12/2012, às 09:00 horas (horário de Brasília).

PAULO SERGIO DE ABREU LOUREIRO  
Pregoeiro

ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE DOAÇÃO

Doadora: Anatel no Estado da Bahia - 413009  
Donatárias: Legião da Boa Vontade em Salvador - LBV e Universidade Federal da Bahia - Escola Politécnica - DEE  
Datas das Assinaturas: 13 e 20 de novembro de 2012, respectivamente  
Objeto: Doação de bens móveis pertencentes ao Doador em favor das Donatárias, conforme Termos de Baixa - Doação nº s 2012000006 e 2012000005, e baixa de bem móvel sucateado, conforme Termo de Baixa nº 2012000007 de 14 de novembro de 2012  
Fundamento Legal: Decreto nº 99.658/1990 e alterações posteriores, Ato nº 5144, de 05 de setembro de 2012 e pelo constante do Processo nº . 53554005288/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Ficam as pessoas listadas a seguir, por se encontrarem em local incerto e não sabido, NOTIFICADAS, nos termos do art. 65, parágrafo único, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19.07.2001, da decisão exarada nos autos Processo Administrativo em que, respectivamente, figura(m) como autuada(s).

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção Aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53554.001346/2011	Squadron FM LTDA	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Item 3.2.7 do RTFM e aos arts. 78 e 82 do RUER.	Conceição do Jacuipe/BA	Multa: R\$3.600,00	6271	09/10/2012
53554.002345/2011	Fundação Educativa Laginense para Comunicação	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT.	Retirolândia/BA	Multa: R\$4.350,00	1746	29/02/2012

1 - LGT - Lei Geral de Telecomunicações, instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;  
2 - RTFM - Regulamento Técnico p/ Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, anexo à Resolução Anatel nº67, de 12 de novembro de 1998;  
3 - RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000;  
4 - RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº259, de 19 de abril de 2001.

A partir da publicação do presente edital, fica aberto o prazo de 10 dez dias para apresentação de Recurso Administrativo, que poderá ser encaminhado ao Escritório Regional da Anatel na Bahia, à Rua Alceu Amoroso Lima, 822, Caminho das Árvores, CEP: 41820-770, Salvador/BA, identificado com o número do processo acima, bem como seu nome e endereço completos, e acompanhado de procuração ou instrumento concedendo poderes ao subscritor.

Ressaltamos que vistas e/ou cópias do processo podem ser solicitadas pelo site da Anatel: www.anatel.gov.br <http://www.anatel.gov.br>, na opção sistemas interativos, pelo SASC - Sistema de Atendimento da Sala do Cidadão.

Decorrido o prazo recursal, o despacho será publicado no Diário Oficial da União, em cumprimento ao disposto no artigo 77, inciso IX, do mesmo Regimento Interno, e a sanção aplicada será considerada como agravante na aplicação de outra sanção, com fulcro no artigo 178 da Lei 9.472/1997 - Lei Geral de Telecomunicações.

Registramos que o pagamento da multa não implica desistência do direito de recorrer (artigo 17 da Resolução nº 344/2003) e o seu não pagamento no prazo estipulado no boleto importará, tão logo decorridos os prazos recursais, na inscrição do devedor(a) no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin - e na Dívida Ativa da União, na forma da lei. Aproveitamos para informar que o débito não poderá ser parcelado, por ausência de autorização legal.

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA  
Gerente